



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)

Plano de Ensino

Disciplina: **TEAP 1 - Tópicos Especiais em Administração Pública**

Conteúdo: **Administração da Justiça**

Carga horária: 30 horas-aula (02 créditos)

Encontros no Teams: terças-feiras, de 17h00 às 19h00

Disciplina no Moodle: TEAP 1 - Administração da Justiça (chave de acesso: TEAP20)

Professores: Adalmir de Oliveira Gomes e Tomas de Aquino Guimaraes

Ementa

Conceitos centrais referentes à administração da justiça: justiça, instituição, ambiente legal, coesão social, equidade, sistema de justiça. Administração da justiça como campo de aplicação e campo de pesquisa. Teorias e métodos de pesquisa em administração da justiça. Temas de pesquisa em administração da justiça: inovação, governança, desempenho, legitimidade.

Objetivos

Ao final do curso espera-se que o aluno seja capaz de:

- Conceituar administração da justiça e os principais temas relacionados;
- Descrever diferentes teorias e métodos em estudos sobre administração da justiça;
- Identificar problemas e propor ações de pesquisa em administração da justiça.

Métodos de ensino

A disciplina será oferecida por meio de atividades síncronas e assíncronas. As atividades síncronas consistem em encontros na plataforma Teams (Microsoft). Nos encontros serão realizadas aulas expositivas, orientações, seminários, apresentação e discussão de ideias centrais dos textos. As atividades assíncronas serão realizadas na plataforma Moodle (Aprender UnB), com fóruns de discussão, resumos críticos de textos e elaboração de ensaios teóricos.

Programa

Aula	Data	Tema	Textos
01	18/08	Introdução à Administração da Justiça	1
02	25/08	Conceitos Centrais e Teorias	2 e 3
03	01/09	Conceitos Centrais e Teorias	4 e 5
04	08/09	Métodos e Técnicas de Pesquisa	6 e 7
05	15/09	Métodos e Técnicas de Pesquisa	8 e 9
06	22/09	Inovação em Organizações da Justiça	10 e 11
07	06/10	Inovação em Organizações da Justiça	12 e 13
08	13/10	Governança Judicial	14 e 15
09	20/10	Governança Judicial	16 e 17
10	27/10	Orientação para o Ensaio	18 e 19
11	03/11	Desempenho Judicial	20 e 21



12	10/11	Desempenho Judicial	22 e 23
13	17/11	Legitimidade em Organizações da Justiça	24 e 25
14	24/11	Legitimidade em Organizações da Justiça	26 e 27
15	01/12	Perspectivas em Administração da Justiça	

Programação dos encontros (no Teams):

- 17:00 às 17:30 – Abertura e discussão inicial dos textos
- 17:30 às 18:45 – Apresentações dos grupos
- 18:45 às 19:00 – Fechamento

Avaliação

Atividades	Pontos (%)
Fóruns de discussão (5)	10
Resumos críticos (5)	20
Apresentações	20
Ensaio	50
Total	100

Fóruns de discussão

Serão realizados fóruns de discussão na plataforma Moodle com o objetivo de discutir ideias centrais dos textos da disciplina. A participação dos alunos nos fóruns será avaliada com base na pertinência e na relevância dos comentários postados. Os comentários devem ser objetivos, contextualizados e corretos gramaticalmente. Preferencialmente devem ser inovadores, críticos e/ou provocativos. Não devem ser repetições de outros comentários ou baseados unicamente em juízo de valor.

Resumos críticos

O aluno deverá elaborar cinco resumos de textos indicados pelos professores. Os resumos devem ser postados na plataforma Moodle. O resumo deve conter uma descrição crítica do texto, com foco em objetivos, conceitos, teorias, ideias centrais, resultados e conclusões. Deve ter como formato parágrafo único de uma página; layout normal; fonte *Times* 12; espaço simples; cabeçalho com identificação do aluno e do texto; padrão APA; não deve ter título, capa e referências.

Apresentações

Para cada aula, grupos de alunos ficarão encarregados de elaborar apresentações com análises aprofundadas de ideias centrais de textos indicados no programa da disciplina. Os grupos devem oferecer questões para debate da turma no final das apresentações.

Ensaio

O ensaio é individual e deve ser postado na plataforma Moodle. O ensaio deve ter como objeto de análise conceitos, teorias e ideias centrais de textos utilizados na



disciplina e de outros textos recuperados em bases de dados. Preferencialmente deve conter uma articulação entre ideias de diferentes textos. O ensaio deve necessariamente seguir o modelo proposto por Fitzgerald (1994). Deve ter entre 3000 e 4000 palavras, fonte Times 12, espaçamento simples, layout normal, padrão APA de citações, e entregue em arquivo PDF (.pdf).

Bibliografia básica (disponível no Moodle)

Aula1: Introdução à Administração da Justiça

1. Guimaraes, Tomas; Gomes, Adalmir; Guarido Filho, Edson (2018). Administration of Justice. An emerging research field. *RAUSP Management Journal*, (53)3: 476-482.

Aula 2: Conceitos Centrais e Teorias

2. Kelsen, Hans (2008). *Qué es la Justicia?* México: Fontamara. (1. ed. 1953)

3. Nonet, Philippe; Selznick, Philip (2010). *Direito e Sociedade: a transição ao sistema jurídico responsivo*, cap. 1, p. 39-70. Rio de Janeiro: Revan.

Aula 3: Conceitos Centrais e Teorias

4. Gillman, Howard (1999). The court as an idea, not a building (or a game): interpretive institutionalism and the analysis of Supreme Court decision-making. In C.W. Clayton & H. Gillman. *Supreme Court decision-making*, p. 65-87. Chicago: The University of Chicago Press.

5. Fix-Fierro, Héctor (2003). *Courts, Justice and Efficiency: a socio-legal study of economic rationality in adjudication*. Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing, cap. 4, p.139-181.

Aula 4: Métodos e Técnicas de Pesquisa

6. Epstein, Lee; King, Gary (2013). *Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência*. SP: Direito GV. (**Resumo 1**)

7. Igreja, Rebecca (2017). O Direito como objeto de estudo empírico: o uso de métodos qualitativos no âmbito da pesquisa empírica em Direito. In: Machado, M. R. (Org.) *Pesquisar empiricamente o direito*, cap. 1. São Paulo: Rede de Estudos.

Aula 5: Métodos e Técnicas de Pesquisa

8. Epstein, Lee; Knight, Jack (2004). Courts and judges. In A. Sarat (ed). *The Blackwell Companion to Law & Society*, p. 170-194. Malden: Blackwell Publishing.

9. Siems, Mathias (2011). Measuring the immeasurable. How to turn law into numbers. In. Michael Faure and Jan Smits (eds.), *Does Law Matter? On Law and Economic Growth*, Cambridge: Intersentia, 2011, p. 115-136.



Aula 6: Inovação em Organizações da Justiça

10. Menkel-Meadow, Carrie (2007). Restorative Justice: What is it and does it work? *The Annual Review of Law and Social Science*. 3, 161–87.

11. Sousa, Marcos; Guimaraes, Tomas (2014). Inovação e desempenho na administração judicial: desvendando lacunas conceituais e metodológicas. *Revista de Administração e Inovação*, 11(2), 321-344. **(Resumo 2)**

Aula 7: Inovação em Organizações da Justiça

12. Goodenough, Oliver (2015). Getting to computational jurisprudence 3.0. In: Santosuosso, A.; Goodenough, O.; Tomasi, M. The challenge of innovation in law. Pavia University Press.

13. Santosuosso, Amadeo (2015). Technological innovation in law: just an option or a strict necessity? In: Santosuosso, A.; Goodenough, O.; Tomasi, M. The challenge of innovation in law. Pavia Univ. Press.

Aula 8: Governança Judicial

14. Akutsu, Luiz; Guimaraes, Tomas (2012). Dimensões da governança judicial e sua aplicação ao Judiciário brasileiro. *Revista de Direito GV*, 8(1), 183-202. **(Resumo 3)**

15. Akutsu, Luiz; Guimaraes, Tomas (2015). Governança judicial: proposta de modelo teórico-metodológico. *Revista de Administração Pública*, 49(4), 937-958.

Aula 9: Governança Judicial

16. Santiso, Carlos (2003). Economic reform and judicial governance in Brazil: balancing independence with accountability, *Democratization*, 10(4), 161-180.

17. Petersmann, Ernst-Ulrich (2008). Judging Judges: From 'principal-agent theory' to 'constitutional justice' in multilevel 'judicial governance' of economic cooperation among citizens. *Journal of International Economic Law*, 11(4), 827-884.

Aula 10: Orientação para o Ensaio

18. Fitzgerald, M. (1994). Why write essays? *Journal of Geography in Higher Education*, 18 (3), 379-384.

19. Meneghetti, F. (2011). O que é um ensaio teórico? *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, 15 (2), 320-332.

Aula 11: Desempenho Judicial

20. Fix-Fierro, Héctor (2003). *Courts, Justice and Efficiency: a socio-legal study of economic rationality in adjudication*. Oregon: Hart Publishing, cap. 1. **(Resumo 4)**



21. Gomes, Adalmir; Guimaraes, Tomas (2013). Desempenho no Judiciário. Conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa. *Revista de Administração Pública*, 47(2), 379-402.

Aula 12: Desempenho Judicial

22. Gulati, Mitu; Klein, David; Levi, David (2018). Evaluating judges and judicial institutions. *Duke Law Journal Online*, 67, 143-152.

23. Voigt, Stefan (2016). Determinants of judicial efficiency: a survey. *European Journal of Law and Economics*, 42(2), 183-208.

Aula 13: Legitimidade em Organizações da Justiça

24. Gibson, James; Lodge, Milton; Woodson, Benjamin (2014). Losing, but accepting: Legitimacy, positivity theory, and the symbols of judicial authority. *Law and Society Review*, 48(4).

25. Guarido Filho, Edson; Luz, B.; Silveira, T. (2018). Legitimidade organizacional no contexto de organizações da justiça. In *ENAJUS 2018 – Encontro de Administração da Justiça*. Brasília/DF: AJUS/UnB/Ibepes. **(Resumo 5)**

Aula 14: Legitimidade em Organizações da Justiça

26. Silva, Carlos H. (2005). A legitimidade do Judiciário. *Cadernos EBAPE.BR*, (4), p. 1–5.

27. Friedman, Lawrence (2016). *Impact: how law affects behavior*. Cambridge: Harvard University Press, cap. 8, p. 188-217.

Bibliografia complementar

Akutsu, Luiz; Guimaraes, Tomas (2015). Governança judicial: proposta de modelo teórico-metodológico. *Revista de Administração Pública*, 49(4), 937-958.

Allen, J. M. & Sawhney, R. (2010). *The Administration and Management in Criminal Justice*. a service quality approach. California: SAGE Publications.

Ashforth, B. E. & Gibbs, B. W. (1990). The double-edge of organizational legitimation. *Organization Science*, 1(2), 177-194.

Battilana, J., Leca, B. & Boxenbaum, E. (2009). How actors change institutions: towards a theory of institutional entrepreneurship. *The Academy of Management Annals*, 3(1), 65-107.

Berger, J., Ridgeway, C. L., Fisek, M. H. & Norman, R. Z. (1998). The legitimation and delegitimation of power and prestige orders. *American Sociological Review*, 63(3), 379–405.

Bybee, K. J. & Narasimhan (2015). The legitimacy imperative and the importance of appearances. In A. Sarat & P. Ewick. *The handbook of Law and Society*, p. 118-133.



West Sussex: Wiley Blackwell. Chandler, J. (2014). *Comparative Public Administration*. 2nd ed. Abingdon: New York: Routledge.

DiMaggio, J., & Powell, W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.

Drobak, J. N. (ed.) (2006). *Norms and the Law*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gibson, J. L., & Caldeira, G. A. (2009). Confirmation politics and the legitimacy of the U.S. Supreme Court: Institutional loyalty, positivity bias, and the Alito nomination. *American Journal of Political Science*, 53(1), 139–155.

Gibson, J. L., & Nelson, M. J. (2015). Is the U.S. supreme court's legitimacy grounded in performance satisfaction and ideology? *American Journal of Political Science*, 59(1).

Gibson, J. L., Caldeira, G. A., & Baird, V. A. (1998). On the Legitimacy of National High Courts. *The American Political Science Review*, 92(2), 343–358.

Gomes, A. O. & Moura, W. F. (2018). O Conceito de Coprodução de Serviços: Proposta de aplicação no Judiciário Brasileiro. *Cadernos EBAPE.BR*, 16 (3), 470-485.

Gomes, A. O., Guimaraes, T. A., & Akutsu, L. (2016). The Relationship between Judicial Staff and Court Performance: Evidence from Brazilian State Courts. *International Journal for Court Administration*, 8(1), 12-19.

Gomes, A. O., Guimaraes, T. A., & Akutsu, L. (2017). Court caseload management: the role of judges and administrative assistants. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(5), 648-665.

Gomes, A. O.; Guimaraes, T. A. & Souza, E. C. (2016). Judicial Work and Judges Motivation: The Perceptions of Brazilian State Judges. *Law & Policy*, 38, p. 162-176.

Guarido Filho, E. & Machado-da-Silva, C. (2010). The development of institutional theory in the field of organization studies in Brazil. *Cadernos EBAPE.BR*, 8(2), 278-301.

Guimaraes, T. A., Gomes, A. O., Correa, P., Piazzentin, T. & Oliveira, I. (2017). Role Conflict and Role Ambiguity on Judges Work: The Perception of Portuguese Judges. *RAP. Revista Brasileira de Administração Pública*, 51, p. 927-946.

Guimaraes, T. A., Odélius, C. C., Medeiros, J. J., & Santana, J. V. (2011). Management innovation at the Brazilian Superior Tribunal of Justice. *American Review of Public Administration*, 41(3), 297-312.

Koelling, P. M. (2017). *The Improvement of the Administration of Justice*. Chicago: American Bar Association.

Ramson, W. L. (1917). Organization of the courts for the better administration of justice. *Cornell Law Review*, 2(3), 186.

Scott, W. (2014). *Institutions and Organizations*. 4th ed. Thousand Oaks: Sage Publications.

Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *Academy of Management Annals*, 20(3), 571-610.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)

Suddaby, R., Bitektine, A. & Haack, P. (2017). Legitimacy. *Academy of Management Annals*, 11(1), 451–478.

Tyler, T. R. (2006a). Psychological perspectives on legitimacy and legitimation. *Annu. Rev. Psychol.*, 57, 375–400.

Winick, B. J. (2010). Problem Solving Courts: Therapeutic Jurisprudence in Practice. In R. L. Wiener, E. M. Brank (eds.), *Problem Solving Courts*, LLC 2013.

Zelditch, M. (2001). Processes of Legitimation: Recent Developments and New Directions. *Social Psychology Quarterly*, 64(1), 4–17.